

2007

Relatório Anual ANTT



*Agência Nacional de
Transportes Terrestres*

MENSAGEM DA DIRETORIA

A Agência Nacional de Transportes Terrestres tem sua atuação focada no avanço do setor de transportes terrestres e no ganho de qualidade do serviço prestado sob sua regulação.

As atividades desenvolvidas em 2007 tinham por objetivo cumprir as atribuições e responsabilidades da Agência junto ao setor regulado e à sociedade.

Como mais uma forma de dar transparência dos seus atos, a ANTT apresenta este relatório, que se constitui em um registro dos resultados de gestão da Agência em 2007, ao conhecimento da sociedade. Nos capítulos que se seguem são apresentados os detalhes dos principais resultados das atividades.

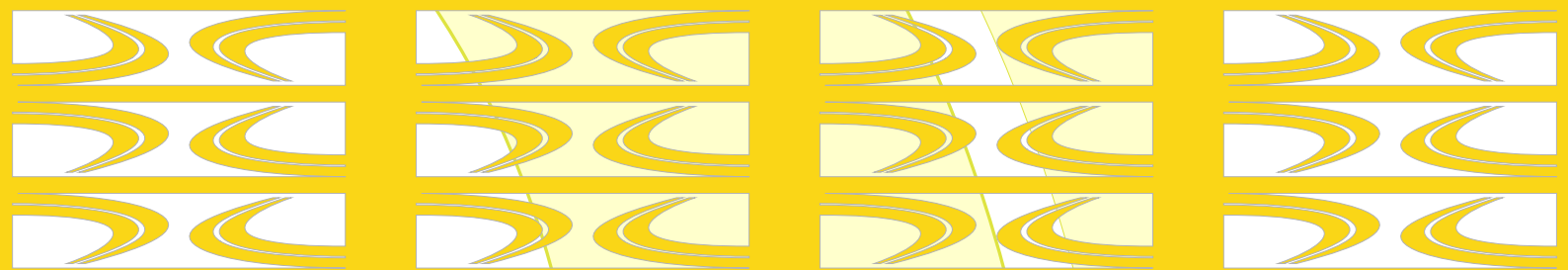
A Diretoria

SUMÁRIO

Perfil Institucional	7
Esfera de Atuação	8
Estrutura Organizacional	10
Diretoria Atual	10
Diretoria 2007	10
Órgãos Ligados à Diretoria-Geral	10
Superintendências	11
Unidades Regionais	11
Concessões Rodoviárias	13
Atuação da ANTT	13
Resultados	14
Receitas	15
Fiscalização	16
Transporte Rodoviário de Carga	21
Transporte Rodoviário Nacional de Carga - RNTRC	21
Transporte Rodoviário Internacional de Carga	22
Transporte de produtos Perigosos	23
Transporte Multimodal	24
Vale-Pedagio Obrigatório	25
Transporte Dutoviário	25
Fiscalização	25
Transporte Rodoviário de Passageiros	28
Permissionárias	28
Autorizatárias	31
Concessões de Ferrovias	35
Resultados do Setor	36

Inspeções	37
Transporte Ferroviário de Passageiro	38
 Acordos Internacionais	 43
 Estudos de Mercado	 47
Transporte Interestadual e Internacional de Passageiros	47
Concessões Rodoviárias	49
Transporte de Carga e Logística	49
Meio Ambiente	49
Anuário Estatístico	50
Outras Atividades	50
 Regulação Econômica	 53
Reajustes/Revisão Tarifários Procedidos no Âmbito da ANTT	53
 Gestão Organizacional	 57
Gestão de Recursos Humanos	57
Gestão de Administração Geral e Patrimônio	59
Gestão Orçamentária e Financeira	60
Financiamento Externo	61
 Relacionamento com a Sociedade	 63
Assessoria de Comunicação Social	63
Assessoria Parlamentar	67
Ouvidoria	68
Centro de Documentação	70
Site	72

Perfil Institucional



PERFIL INSTITUCIONAL

A Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT foi criada em 2001, pela Lei 10.233 de 5 de junho de 2001, com a qualidade de órgão regulador e fiscalizador das atividades de prestação de serviços públicos e de exploração da infra-estrutura de transportes terrestres, exercida por terceiros. É uma entidade da Administração Federal Indireta, vinculada ao Ministério dos Transportes, submetida ao regime autárquico especial, com personalidade jurídica de direito público, independência administrativa e autonomia financeira e funcional.

Sua atuação está voltada para assegurar o cumprimento dos contratos de concessão harmonizando e preservando os interesses:

- do Usuário (contribuinte);
- do Governo Federal (poder concedente e dono do patrimônio)
- da Concessionária (investidor e administrador temporário do patrimônio)

A ANTT tem como objetivos:

- Implementar as políticas formuladas pelo Ministério dos Transportes e pelo Conselho de Integração de Políticas de Transporte, segundo os princípios e diretrizes estabelecidas na Lei.
- Regular ou supervisionar, em sua respectiva esfera e atribuições, as atividades de prestação de serviços e de exploração da infra-estrutura de transportes exercidas por terceiros com vistas a:
 - garantir a movimentação de pessoas e bens, em cumprimento a padrões de eficiência, segurança, conforto, regularidade, pontualidade e modicidade nos fretes e tarifas;
 - harmonizar, preservado o interesse público, os objetivos dos usuários, das empresas concessionárias, permissionárias, autorizatárias e arrendatárias, e de entidades delegadas, arbitrando conflitos de interesses e impedindo situações que configurem competição imperfeita ou infração da ordem econômica;
 - exercer poder jurídico para dirimir conflitos entre a União, os usuários e os prestadores de serviços.

ESFERA DE ATUAÇÃO

A atuação da ANTT está delimitada em dois segmentos do transporte:

Rodoviário – regulação e fiscalização da infra-estrutura rodoviária concedida; da prestação do serviço de transporte rodoviário nacional e internacional de cargas e do transporte interestadual e internacional de passageiros.

Ferrovário – regulação e fiscalização da infra-estrutura ferroviária e prestação do serviço de transporte ferroviário de cargas e de passageiros.

Estrutura Organizacional



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A ANTT tem sua estrutura organizacional formada por uma Diretoria Colegiada, órgão superior responsável pelas decisões da Agência, composta por um Diretor-Geral e quatro Diretores, todos escolhidos pelo Presidente da República e aprovados pelo Senado Federal:

COMPOSIÇÃO

DIRETORIA ATUAL

- **Diretor-Geral** – Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira
- **Diretor** – Francisco de Oliveira Filho
- **Diretor** – Mário Rodrigues Júnior
- **Diretor** – Noboru Ofugi
- **Diretor** – Wagner de Carvalho Garcia

DIRETORIA EM 2007

- **Diretor-Geral** – José Alexandre Nogueira de Resende
- **Diretor** – Francisco de Oliveira Filho
- **Diretor** – Gregório de Souza Rabelo Neto
- **Diretor** – Noboru Ofugi
- **Diretor** – Wagner de Carvalho Garcia

ESTRUTURA EM 2007

ÓRGÃOS LIGADOS À DIRETORIA-GERAL

- **Procuradoria Geral**
- **Corregedoria**
- **Ouvidoria**
- **Auditoria Interna**
- **Assessoria Téc.e de Rel. Internacionais**
- **Secretaria-Geral**
- **Chefe do Gabinete**
 - - **Assessoria de Comunicação Social**
 - - **Assessoria Parlamentar**
 - - **Centro de Documentação**

SUPERINTENDÊNCIAS

- **Superintendência Executiva - SUEXE**
- **Superintendência de Regulação Econômica e Fiscalização Financeira – SUREF**
- **Superintendência de Estudos e Acompanhamento de Mercado – SUEME**
- **Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros – SUPAS**
- **Superintendência de Serviços de Transporte de Carga – SUCAR**
- **Superintendência de Logística e Transporte Multimodal – SULOG**
- **Superintendência de Exploração da Infra-Estrutura – SUINF**
- **Superintendência de Planejamento e Gestão Financeira – SUPLA**
- **Superintendência de Administração e Recursos Humanos - SUADM**

UNIDADES REGIONAIS

- **Unidade Regional do Rio de Janeiro**

Endereço - Av. Marechal Câmara, nº 160, 11º andar – Ed. Le Bourget– Castelo - Rio de Janeiro / RJ – CEP: 20020-080

- **Unidade Regional de São Paulo**

Endereço – Av. Paulista, 37, Edifício Centro Cultural Paulista, 8º andar – Bela Vista - São Paulo/SP – CEP: 01311-902

- **Unidade Regional de Minas Gerais**

Endereço – Av. Cristóvão Colombo, nº 485, 14º andar – Bairro Funcionários – Belo Horizonte/MG – CEP; 30140-140

- **Unidade Regional do Rio Grande do Sul**

Av. são Paulo, 447 – Bairro São Geraldo – Porto Alegre / RS
CEP: 90230-161

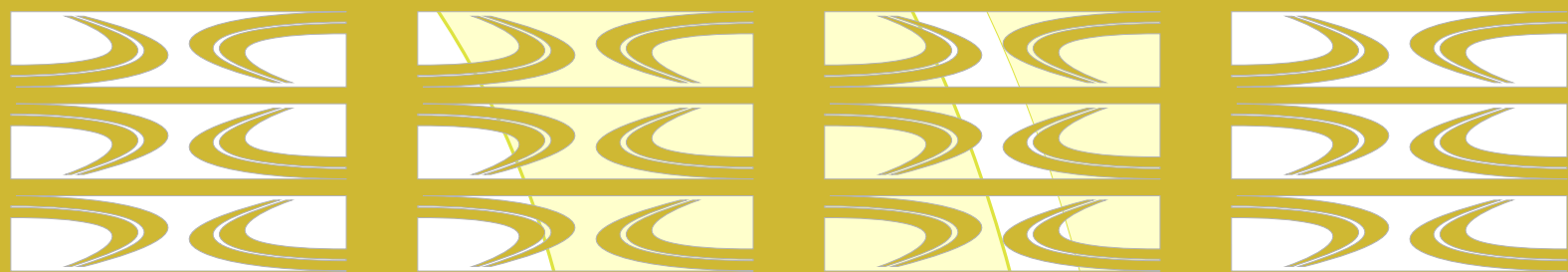
- **Unidade Regional do Ceará**

Av. Luciano Carneiro, nº 2255-A,Térreo – Vila União
Fortaleza-CE – CEP: 60410-691

- **Unidade Regional do Maranhão**

Rua 9, nº 10 – Bairro Vinhais – São Luiz/MA
CEP: 65071-110

Concessões Rodoviárias



CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

ATUAÇÃO DA ANTT

A ANTT responde pela regulação e fiscalização de seis contratos de concessão de rodovias federais nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, totalizando 1.483,10 quilômetros mantidos e administrados pela iniciativa privada. Trata-se da 1ª Etapa do Programa Federal de Concessões Rodoviárias.

Ao longo do ano de 2007, a ANTT desenvolveu trabalhos objetivando a realização das concessões que compõem a 2ª Etapa (Fase 1) do programa. Foram realizados ajustes nos projetos, sendo estes posteriormente disponibilizados para consulta aos interessados. Em face às alterações realizadas, as informações foram enviadas ao Tribunal de Contas da União (TCU) para análise e autorização para a publicação dos sete editais de concessão, o que ocorreu no dia 16 de agosto de 2007.

Os leilões foram realizados no dia 09 de outubro do mesmo ano, na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), e obtiveram grande repercussão em decorrência dos valores de pedágio, significativamente menores que os praticados nas concessões anteriores. Com a transferência dos sete lotes de rodovias para a iniciativa privada, a malha sob regulação e fiscalização da ANTT passa para 4.083,0 quilômetros.

Outros Projetos

A Agência tomou parte nas discussões relativas ao projeto de desestatização da BR-116/324 no estado da Bahia. Após a transferência da gerência do projeto para o Ministério dos Transportes, o modelo de Parceria Público-Privada (PPP) passou a ser rediscutido, em face ao sucesso dos leilões da 2ª Etapa. Buscou-se readequar o projeto como de concessão, sendo revistos parâmetros técnicos e os investimentos a serem realizados ao longo do contrato.

Ainda em 2007, a ANTT participou das discussões com o BNDES relativas à modelagem da concessão das rodovias BR-040/DF/MG, BR-116/MG e BR-381/MG.

Quadro Resumo das Etapas que Compõem o Programa Federal de Concessões de Rodovias

Concessões administradas pela ANTT, em operação	1ª Etapa	1.483,10 km
Concessões administradas pela ANTT, licitadas (7 lotes)	2ª Etapa – Fase 1	2.600,78 km
Concessões previstas, em licitação (BA)	2ª Etapa – Fase 2	680,6 km
Concessões previstas, a licitar (MG)	3ª Etapa – Fase 1	2.054,5 km
Concessões previstas, a licitar (BA, ES e SC)	3ª Etapa – Fase 2	1.608 km
Concessões de Rodovias Delegadas aos Estados	-	3.009,69 km
Total Geral do Programa Federal de Concessões	-	11.436,67 km

RESULTADOS DAS CONCESSÕES EM OPERAÇÃO

Investimentos Realizados pelas Concessionárias nas Rodovias (1997)

Concessionária	Investimento Realizado até 2007	Valores a Preços Iniciais	
		Investimento total Previsto no PER	% Executado Sobre PER Total
NOVADUTRA	R\$ 717.825 milhões	R\$ 937,3 milhões	76,58 %
CRT	R\$ 100.960 milhões	R\$ 131,1 milhões	76,96 %
PONTE S/A	R\$ 65.398 milhões	R\$ 81,1 milhões	80,64%
CONCER	R\$ 300.348 milhões	R\$ 409,0 milhões	73,42 %
CONCEPA	R\$ 128.339 milhões	R\$ 152,8 milhões	83,96%
ECOSUL	R\$ 65.473 milhões	R\$ 147,9 milhões	44,28 %
TOTAL	R\$ 1.378,343 milhões	R\$ 1.859,2 milhões	74,13 %

Fonte: RETOFF's

Nº de Acidentes nas Rodovias Federais Concedidas

CONCESSIONÁRIA	2006	2007
NOVADUTRA	8.464	9.518
CRT	1.070	1.097
PONTE S/A	865	858
CONCER	2.996	2.331
CONCEPA	1.190	1.168
ECOSUL	625	701
Total das 06 concessões	15.210	15.673

Fonte: RETOFF's

RECEITAS REALIZADAS

A receita bruta das seis concessionárias, no ano de 2007, em valores correntes, atingiu **R\$ 1.165.128 milhão**, o que corresponde ao acumulado de **R\$ 7.439.843 milhões**.

Valores correntes R\$ 10 ³		
Concessionária	Realizado em 2007	Realizado até 2007
NOVADUTRA	665.577	4.344.701
CRT	84.633	569.900
PONTE S/A	92.990	635.113
CONCER	140.822	973.819
CONCEPA	102.003	606.015
ECOSUL	79.103	310.295
TOTAL	1.165.128	7.439.843

Fonte: RETOFF

ISSQN Repassado pelas Concessionárias às Prefeituras

(em R\$ x mil)		
Concessionária	ISSQN em 2007	ISSQN Acumulado até 2007
NOVADUTRA	33.278.954	206.562.000
CRT	4.214.473	28.166.669
PONTE S/A	4.756.053	4.936.150
CONCER	7.064.856	44.569.033
CONCEPA	4.301.827	4.416.643
ECOSUL	3.957.934	14.543.932
TOTAL	57.573.827	303.194.544

Custos Operacionais

FISCALIZAÇÃO DAS RODOVIAS FEDERAIS CONCEDIDAS

- **Fiscalização Técnico-Operacional**

Ao longo de 2007, foram analisados os Relatórios Técnicos-Operacionais e Econômico-Financeiros (RETOF's) apresentados pelas concessionárias. Foram recebidos 31 relatórios de monitoramento da concessionária Ponte, 15 da Novadutra, 6 da Concer e 12 da Concepa. Como resultados das atividades da fiscalização foram emitidos 1.681 Termos de Registro de Ocorrência – TRO's, relativos a defeitos e inconformidades verificados nas rodovias, os quais originaram a abertura de 65 processos administrativos para apuração de penalidades por descumprimento contratual.

- **Uso e Ocupação de Faixa de Domínio**

Foram autuados 86 processos de solicitação de uso e ocupação da faixa de domínio, tendo sido deliberadas pela Diretoria da ANTT 59 autorizações.

- **Fiscalização dos Recursos de Desenvolvimento Tecnológico – RDT e Realização de Workshop**

As concessionárias devem submeter à consideração da ANTT os projetos e pesquisas a serem desenvolvidos com os recursos de desenvolvimento tecnológico, os quais são analisados, ficando a ANTT responsável em comunicar à concessionária a anuência ou rejeição do projeto ou pesquisa.

No decorrer de 2007 foram desenvolvidos 13 projetos pelas concessionárias, assim distribuídos: Concepa (03), NovaDutra (05), CRT (01), Ponte (03) e Concer (01). Compete à ANTT fiscalizar, acompanhar o desenvolvimento e avaliar os resultados dos projetos e pesquisas ao longo de cada ano, no âmbito técnico e financeiro, assegurando a real aplicação do recurso. Destaca-se que, com o objetivo de tornar público junto à comunidade científica, bem como órgãos governamentais e empresas privadas, os projetos que foram desenvolvidos pelas concessionárias na área de engenharia rodoviária, no ano de 2006, foi organizado o III Workshop “Desenvolvimento Tecnológico nas Concessões Rodoviárias: Soluções Técnicas e Aplicadas”. O evento ocorreu no dia 12 de abril de 2007, no auditório localizado na sede da ANTT em Brasília.

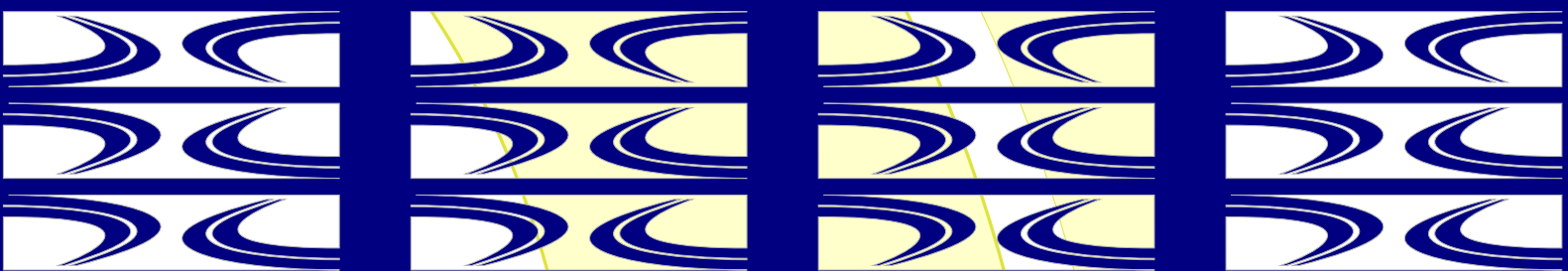
- **Fiscalização do Programa de Seguros das Concessionárias de Rodovias**

Foi efetuada análise e fiscalização dos seguros e garantias, referentes ao ano de 2006, das seis concessionárias para avaliar a adequação dos programas apresentados pelas empresas com o exigido pelos contratos.

QUADRO GERAL DO PROGRAMA FEDERAL DE CONCESSÕES DE RODOVIAS

Concessionárias Contratadas	Rodovia	Trecho	Extensão (km)
NOVADUTRA	BR-116/RJ/SP	Rio de Janeiro - São Paulo	402,0
PONTE	BR-101/RJ	Ponte Rio / Niterói	13,2
CONCER	BR-040/MG/RJ	Rio de Janeiro - Juiz de Fora	179,9
CRT	BR-116/RJ	Rio de Janeiro - Teresópolis - Além Paraíba	142,5
CONCEPA	BR-290/RS	Osório - Porto Alegre	121,0
ECOSUL	BR-116/293/392/RS	Pólo de Pelotas	623,8
AUTOPISTA PLANALTO SUL	BR-116/PR/SC	Curitiba - Div. SC/RS	412,7
AUTOPISTA LITORAL SUL	BR-376/PR - BR-101/SC	Curitiba - Florianópolis	382,3
AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT	BR-116/SP/PR	São Paulo - Curitiba (Régis Bitencourt)	401,6
AUTOPISTA FERNÃO DIAS	BR-381/MG/SP	Belo Horizonte - São Paulo (Fernão Dias)	562,1
AUTOPISTA FLUMINENSE	BR-101/RJ	Ponte Rio-Niterói - Div.RJ/ES	320,1
TRANSBRASILIANA	BR-153/SP	Div.MG/SP - Div. SP/PR	321,6
RODOVIA DO AÇO	BR-393/RJ	Div. MG/RJ - Entr.BR-116 (Dutra)	200,4
TOTAL		13 TRECHOS	4083,2
Edital 001/2008 - BA (em licitação)	BR-116/BA	Feira de Santana - div. BA/MG	554,1
	BR-324/BA	Salvador - Feira de Santana	113,2
	BA-526	Entr.BR-324 - Entr.BA-528	9,3
	BA-528	Entr.BA-526 - Base Naval Aratu	4,0
Total= 680,6 km			
A licitar - MG	BR-040/DF/GO/MG	DF - Juiz de Fora	936,8
A licitar - MG	BR-381/MG	Belo Horizonte - Gov. Valadares	301,0
A licitar - MG	BR-116/MG	Div.BA/MG - Div.MG/RJ	816,7
Total= 2.054,5 km			
A licitar - ES	BR-101/ES	Div.RJ/ES - Div. ES/BA	458,4
A licitar - BA	BR-101/BA	Div.ES/BA - Entr. BR-324	790,7
A licitar - SC	BR-470/SC	Navegantes - Div.SC/RS	358,9
Total= 1.608 km			
1ª Etapa - em operação 2ª Etapa (Fase 1) - licitadas 2ª Etapa (Fase 2) - a licitar 3ª Etapa (Fase 1) - a licitar 3ª Etapa (Fase 2) - a licitar			

Transporte Rodoviário de Carga



TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS

Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas – RNTRC

Em 2007, foi aprovada a Lei nº 11.442, que disciplina o transporte rodoviário nacional de cargas remunerado, o que modifica profundamente o setor, implicando a necessidade de regulamentação por parte da ANTT. Neste sentido, foram realizados estudos aprofundados, consultas e audiências públicas, análises de impacto e fórmulas estratégicas de implantação da nova resolução.

Foram emitidos 75 mil registros, sendo 61 mil para Transportadores Autônomos, 14 mil para Empresas e 47 registros para Cooperativas, somando uma frota total superior a 86 mil veículos habilitados ao transporte rodoviário de cargas.

Até 31 de dezembro de 2007, estavam inscritos:

Transportadores e Frota de veículo			
Tipo de Transportador	Registros Emitidos	Veículos	Veículos/ Transportador
Autônomo	762.923	950.690	1,2
Empresa	143.458	708.495	4,9
Cooperativa	681	8.125	11,9
Totais	907.062	1.667.310	1,8

Além das atividades operacionais, ligadas ao registro, a ANTT, durante todo o ano de 2007, realizou estudos e ações visando o aprimoramento da regulamentação, com proposições de alteração para adequação ao mercado de transporte rodoviário nacional de cargas, consequência da entrada em vigor da Lei 11.442/07. Até 31 de dezembro de 2007, o assunto encontrava-se em fase de regulamentação pela Agência.

TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERNACIONAL DE CARGAS

Foram analisados pleitos de empresas interessadas em operar no segmento do transporte rodoviário internacional.

Outorgas emitidas:

- 143 licenças originárias;
- 97 licenças complementares;
- 417 autorizações de empresas estrangeiras para viagens ocasionais;
- 271 autorizações de empresas nacionais para viagens ocasionais;
- 394 autorizações de empresas nacionais para viagens ocasionais de veículos 0 km;
- 4.047 autorizações para empresas nacionais e estrangeiras para modificações do quadro

de frota (exclusões e inclusões de veículos no sistema).

Em 31 de dezembro de 2007, a distribuição de empresas habilitadas era:

Habilitadas		
Origem	Empresas	Frota
Brasileiras	590	54.575
Estrangeiras	1.150	27.408
Empresas Brasileiras Habilitadas		
País Destino	Empresas	Frota
Argentina	469	47.815
Bolívia	63	10.163
Chile	257	31.768
Paraguai	173	28.694
Peru	19	2.662
Uruguai	196	26.755
Venezuela	23	2.708
Empresas Estrangeiras Habilitadas		
País Origem	Empresas	Frota
Argentina	357	11.740
Bolívia	38	1.257
Chile	528	7.480
Paraguai	87	3.866
Peru	3	76
Uruguai	133	2.637
Venezuela	4	352

Em 2007 foi realizado o cadastramento dos representantes legais de empresas argentinas e foi iniciado o recadastramento de empresas paraguaias, uruguaias, venezuelanas e peruanas.

Transporte de Produtos Perigosos

O que é produto perigoso?

Para fins de transporte, por via pública, consideram-se como **PRODUTO PERIGOSO** substâncias encontradas na natureza ou produzidas por qualquer processo que possuam propriedades físico-químicas, biológicas ou radioativas, que representam risco para a saúde de pessoas, para a segurança pública e para o meio ambiente. Atualmente, cerca de 3.400 produtos manipulados pela sociedade são relacionados como perigosos na regulamentação que rege o transporte deste tipo de carga.

Nº de Produtos Perigosos manipulados pela sociedade: 3.400 produtos.

Em 2007, tiveram continuidade as atividades de acompanhamento, levantamento e análise de normas e regulamentos internacionais, com as quais se pretende manter a regulamentação desse setor permanentemente atualizada. Destaca-se a conclusão da tradução da 14ª edição do Regulamento Modelo da ONU, documento básico de referência para a próxima revisão.

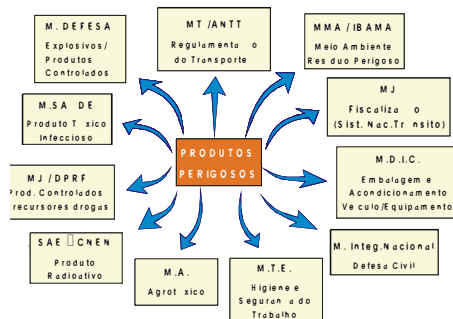
Com vistas à adequação da regulamentação dessa atividade, foram concluídos os trabalhos para atualização do Regulamento do Transporte de Produtos Perigosos no âmbito do MERCOSUL, os quais foram aprovados pelo Subgrupo de Trabalho do MERCOSUL Nº5 – Transportes (SGT-5) e encaminhados à instância superior (GMC) para sua implantação.

Devido a essas atualizações decorrentes da evolução técnica, tecnológica e operacional desse segmento, foi iniciado processo de adequação dos atos legais que aprovam o regulamento de transporte terrestre de produtos perigosos, visando propiciar respaldo legal a essas alterações.

Em complementação às providências para a implantação do Programa de Inspeção do Transporte Ferroviário de Produtos Perigosos, foi desenvolvida e aprovada uma resolução instituindo o Regime de Infrações e Penalidades específico para este segmento de transporte.

Considerando a necessidade de sistematizar a obtenção de informações relativas aos fluxos rodoviários de produtos perigosos, foi elaborada a minuta de resolução, submetida a Audiência Pública, aprovando instruções quanto ao conteúdo, procedimentos e prazos para o fornecimento de informações exigidas pelo Artigo 10º do Decreto-Lei nº 96.044/88.

Órgãos envolvidos na regulamentação



Transporte Multimodal

O que é Transporte Multimodal?

O Transporte Multimodal de Cargas é aquele que, regido por um único contrato, utiliza duas ou mais modalidades de transporte, desde a origem até o destino, e é executado sob a responsabilidade de um Operador de Transporte Multimodal (OTM).

Ao longo de 2007, foi iniciado o desenvolvimento de trabalho conjunto com representantes das secretarias de Fazenda, operadores de transporte, associações de classe de transportadores e de outras agências reguladoras, com vistas a revisar as normas fiscais aplicadas ao transporte multimodal.

Foi concluído o projeto de definição de informações pertinentes à atividade de transporte com vistas ao desenvolvimento do Conhecimento de Transporte Eletrônico para todos os modais. Este documento, que engloba informações referentes ao RNTRC, Vale-Pedágio, Produtos Perigosos, Excesso de Peso, entre outros, foi formalizado mediante a edição do ajuste SINEF 09/07 de outubro de 2007.

Com base na Resolução nº 794 da ANTT, de 22 de novembro de 2004, que dispõe sobre a habilitação do Operador de Transporte Multimodal – OTM, no ano de 2007, foram habilitadas 68 empresas.

Desde o início da habilitação de OTM até 31 de dezembro de 2007, a ANTT já habilitou um total de 268 operadores.

VALE-PEDÁGIO OBRIGATÓRIO

Para atender a Resolução nº 673 da ANTT, de 04 de agosto de 2004, que dispõe sobre a regulamentação do Vale-Pedágio Obrigatório, em seu título VIII – Regime Especial, a ANTT, em 2007, analisou 928 processos e concedeu 920 certificados de regime especial de Vale-Pedágio Obrigatório. A minuta de Resolução foi submetida a Audiência Pública e a proposta final encontra-se em fase de aprovação. Em 31 de dezembro de 2007, estavam vigentes 989 registros de regime especial de Vale-Pedágio.

TRANSPORTE DUTOVIÁRIO

Em 2007, foram desenvolvidos trabalhos com vistas à implantação do Cadastro do Sistema de Dutovias do Brasil – Sisdut, integrando este ao sistema corporativo da ANTT e alimentando seu banco de dados.

FISCALIZAÇÃO

Quanto às fiscalizações de Excesso de Peso, do Vale-Pedágio, do Registro Nacional do Transportador Rodoviário de Cargas (RNTRC) e dos veículos habilitados a efetuar o Transporte Rodoviário Internacional de Cargas (TRIC), foram fiscalizados mais de 7,2 milhões de veículos.

Excesso de Peso:

Com o objetivo de fiscalizar, autuar, aplicar as penalidades e medidas administrativas cabíveis, relativas a infrações por excesso de peso, dimensões e lotação dos veículos em 2007, foram submetidos à fiscalização seletiva 6.552.389 veículos. A fiscalização seletiva aplica-se a veículos que passam a uma velocidade acima de 60 km/h. Caso esta fiscalização identifique excesso de peso, procede-se à pesagem em balança de precisão. Confirmada a infração, lavra-se o auto. Em 2007, 1.567.372 veículos foram fiscalizados em balanças de precisão e emitidos 44.005 autos de infração.

RNTRC e Transporte Internacional:

Foram fiscalizados 34.734 veículos de transportadores rodoviários nacionais de cargas, com a emissão de 14.185 autos de infração. No transporte rodoviário internacional de cargas, foram autuadas 201 empresas.

Vale-Pedágio:

De janeiro a dezembro de 2007, foram autuados 12.287 infratores em decorrência da não antecipação do Vale-Pedágio Obrigatório.

Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI

Implantado na ANTT em dezembro de 2003, trata-se de um órgão colegiado e autônomo, responsável pelo julgamento dos recursos interpostos contra penalidades aplicadas pela entidade. De acordo com o Art. 16, do Código de Trânsito Brasileiro, todo órgão ou entidade executivos de trânsito ou rodoviário com poder de autuação, como é o caso da ANTT, deverá instalar sua Junta Administrativa de Recursos de Infrações.

A JARI julga os recursos das multas aplicadas pela ANTT, com base no Inciso VIII, do Art. 21, do Código de Trânsito Brasileiro, ou seja, aquelas decorrentes das infrações por excesso de peso, dimensão e lotação dos veículos que trafeguem pelas seis (06) rodovias federais concedidas e administradas pela agência.

Quantitativo de recursos julgados até dezembro/2007:

2190 recursos julgados em 1ª e 2ª instância

- **Recursos providos**

587 recursos providos em 1ª instância

114 recursos providos em 2ª instância

- **Recursos não providos**

1224 recursos não providos em 1ª instância

265 recursos não providos em 2ª instância

Transporte Rodoviário de Passageiros



TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS

O transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros por ônibus é a principal modalidade da movimentação coletiva de usuários, sendo responsável por quase 95% do total dos deslocamentos realizados no País.

Com a publicação da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, a regulação e a supervisão da prestação dos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional coletivo de passageiros, inclusive do semi-urbano (com distâncias iguais ou inferiores a 75 km), passou a ser responsabilidade da ANTT. Hoje, a exploração de tais serviços encontra-se regulamentada por normas aprovadas pela Diretoria Colegiada da ANTT e pelo Decreto nº 2.521/1998, sob a égide da Lei nº 10.233/2001 e da Lei nº 8.987/1995.

As empresas de transporte terrestre de passageiros reguladas e fiscalizadas pela ANTT classificam-se em Permissionárias (serviços regulares) e Autorizatórias (sob o regime de fretamento).

PERMISSIONÁRIAS

A permissão para prestação do transporte interestadual e internacional de passageiros é delegada pela União, a título precário e mediante licitação na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco, por prazo determinado.

A ANTT atua na manutenção do cadastro dos serviços por meio de modificações e alterações operacionais, coleta e processamento dos dados da prestação do serviço, regularização de contratos, além de responder pelos serviços internacionais.

Por meio eletrônico, foram realizadas diversas Audiências Públicas para discussão sobre procedimentos e critérios para a prestação do serviço regular, tais como:

- Estabelecimento de novas regras sobre os direitos e deveres de permissionárias e usuários dos serviços de transporte;
- Concessão de tarifas promocionais;
- Oferta de seguro facultativo complementar de viagem;
- Criação do cadastro dos motoristas das empresas permissionárias e autorizatórias;
- Critérios e procedimentos para utilização de terminal rodoviário adicional dentro de um mesmo município;
- Procedimentos para a transferência de permissão e do controle societário;

- Reajuste dos coeficientes tarifários dos serviços;
- Nova redação para a regulamentação da prestação do serviço sob o regime de fretamento;
- Metodologia de reajuste por fórmula paramétrica, a periodicidade das revisões ordinárias das tarifas e atualização dos coeficientes básicos e dos parâmetros operacionais da planilha tarifária vigente do serviço semi-urbano;
- Metodologia de arredondamento das tarifas do semi-urbano;
- Novos procedimentos para a redução da frequência mínima; procedimentos para a seleção de empresas para a prestação de serviços de temporada turística não permanente;
- Nova redação à resolução que dispõe sobre a imposição de penalidades;
- Prazo de validade do relatório de multas; e,
- Revisão do Manual de Contabilidade a ser utilizado como padrão de contabilização por todas as permissionárias.

A ANTT iniciou os estudos visando às licitações das linhas de transporte rodoviário de passageiros de acordo com o Decreto nº 2.521/98, uma vez que os contratos de concessão dos serviços, até então em vigor, expiraram-se no dia 08/10/2008.

A página da ANTT na Internet disponibiliza um cadastro atualizado da frota de ônibus das empresas permissionárias, coeficientes tarifários, além de consultas às linhas, que, em quantitativo, são apresentadas de forma sintética em seguida:

Nº de Empresas permissionárias: (incluindo aquelas que operam por força de decisão judicial)	244 empresas
Quantidade de motoristas cadastrados:	21.913 motoristas
Quantidade de veículos (ônibus) cadastrados:	13.907 ônibus
Nº de linhas outorgadas: (incluindo aquelas que operam por força de decisão judicial)	2.628 linhas
Linhas Interestaduais:	2.535 linhas
Linhas Internacionais:	93 linhas

O desempenho da prestação dos serviços regulares pela permissionária é apresentado em seguida:

Número de Passageiros Transportados/ano (permissionárias):	131.561.738 passageiros
Passageiro Interestadual	128.904.969 passageiros
Passageiro Internacional	2.656.769 passageiros
Número de Viagens Realizadas/ano (permissionárias):	4.174.141 viagens
Semi-urbano	1.874.243 viagens
Interestaduais (acima de 75 km)	2.158.459 viagens
Internacionais	141.439 viagens

Fonte: ANTT - Anuário 2008 - Ano Base 2007 (Dados preliminares)

Ações regulatórias implementadas pela ANTT:

Cadastramento de motoristas
 Frequência mínima
 Seguro facultativo complementar
 Certificado de Registro de Fretamento - CRF
 Audiências e Consultas Públicas
 Termo de Ajuste de Conduta
 Infrações e Penalidades
 Planilha tarifária

Plano de contas básico

Manual de contabilidade

Prazos de validade dos relatórios de multas

Revisão tarifária por fórmula paramétrica – metodologia semi-urbano

Tarifas promocionais

Transferência de permissão e controle societário

Autorização de viagem via internet

Processo Administrativo

Celebração de contratos de permissão

Redução de frequência mínima

Temporada turística internacional

Terminal rodoviário internacional

Sistema de cadastro de frota

Procedimentos relativos à venda de bilhetes de passagem nos serviços regulares de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros

Direitos e deveres de permissionárias e usuários dos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros

Procedimentos para o transporte de bagagens e encomendas nos ônibus utilizados nos serviços de transporte interestadual e internacional de passageiros e para a identificação de seus proprietários ou responsáveis.

AUTORIZATÁRIAS

O total de empresas cadastradas para a prestação de serviço de fretamento e turismo é de 5.721. Desses, 3.456 possuem Certificados de Registro para Fretamento - CRF válidos .

A frota habilitada das autorizatárias soma 27.649 ônibus, de um total cadastrado de 35.438 ônibus, dados estes referente ao dia 31/12/2007.

Foram feitas 7.259 análises de processos contendo documentação das empresas de fretamento visando o cadastro e habilitação

O sistema de autorização de viagem, que substituiu os procedimentos que eram realizados manualmente, permitiu às empresas de fretamento a emissão da autorização de viagem de qualquer terminal de computador com acesso à internet, totalizando, neste exercício, 269.531 autorizações.

Abaixo segue quadro resumo com as informações citadas:

Situação	Quantidade
<i>Empresas cadastradas</i> ⁽¹⁾	5.721
<i>Empresas habilitadas</i> ⁽¹⁾	3.456
<i>Veículos cadastrados</i> ⁽¹⁾	35.438
<i>Veículos habilitados</i> ⁽¹⁾	27.649
<i>Termos de Autorizações de fretamento contínuo</i>	71
<i>Processos analisados</i> ⁽¹⁾	7.259
<i>Autorizações de Viagem emitidas</i> ⁽²⁾	269.531

(1) Fonte: SISFRET

(2) Fonte: SISAUT

Outras informações sobre fretamento autorizado:

Das 269.531 autorizações de viagens emitidas, foram transportados 10.012.115 (dez milhões, doze mil e cento e quinze) passageiros, percorridos 1.532.077.159 Km e envolvidos R\$ 966.735.501 (novecentos e sessenta e seis milhões, setecentos e trinta e cinco mil e quinhentos e um reais) nesse total de viagens.

Passageiros Transportados	Turístico	10.012.115	9.984.194	99,7%
	Multimodal		1.540	0,0%
	Retorno Vazio		13.649	0,1%
	Translado		158	0,0%
	Trabalhadores		12.574	0,1%
Km Percorrido	Turístico	1.532.077.159	1.530.608.729	99,9%
	Multimodal		106.370	0,0%
	Retorno Vazio		484.100	0,0%
	Translado		1.340	0,0%
	Trabalhadores		876.620	0,1%
Valores Envolvidos (R\$)	Turístico	966.735.501	964.420.339	99,8%
	Multimodal		172.140	0,0%
	Retorno Vazio		614.200	0,1%
	Translado			
	Trabalhadores		1.528.822	0,2%

Fonte: SISAUT

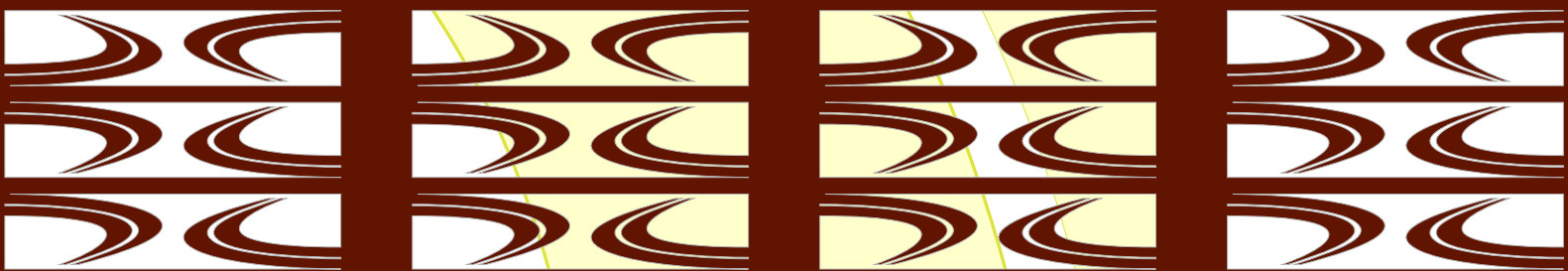
As viagens autorizadas, distribuídas por Unidade da Federação e tipo de fretamento, segue conforme o quadro :

Tipo	Turístico	Multimodal	Retorno Vazio	Translado	Trabalhadores	Total 2007	
AC	44					44	0,0%
AL	2.078				49	2.127	0,8%
AM	244					244	0,1%
BA	7.416				4	7.420	2,8%
CE	1.835				2	1.837	0,7%
DF	9.474				1	9.475	3,5%
ES	8.154				24	8.178	3,0%
GO	12.012				3	12.015	4,5%
MA	5.991					5.991	2,2%
MG	60.840	32	269		56	61.197	22,7%
MS	4.450				38	4.488	1,7%
MT	2.424				1	2.425	0,9%
PA	2.212					2.212	0,8%
PB	5.670			4		5.674	2,1%
PE	5.280				4	5.284	2,0%
PI	3.818					3.818	1,4%
PR	27.747	3			22	27.772	10,3%
RJ	27.731	24			8	27.763	10,3%
RN	4.333					4.333	1,6%
RO	214					214	0,1%
RR	250					250	0,1%
RS	19.441					19.441	7,2%
SC	18.927	2				18.929	7,0%
SE	2.186					2.186	0,8%
SP	34.746	1			66	34.813	12,9%
TO	1.400					1.400	0,5%
Total	268.917	62	269	4	278	269.531	100,0%

AÇÕES REGULATÓRIAS IMPLEMENTADAS EM 2007

- Implementação do Sistema de Cadastro dos Motoristas das Empresas Permissionárias ou Autorizatárias;
- SISMOV (Resolução nº 1.971 de 25/04/07);
- Regulamentação da prestação do serviço de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros , sob regime de fretamento – alteração da redação dos arts. 4º, 39 e 43 da Resolução nº1.166, de 5 de outubro de 2005 (Resolução nº 2.116 de 27/06/07 – Audiência Pública 44/2006);
- Regulamentação da prestação do serviço de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros , sob regime de fretamento – alteração da redação dos arts 22, 23, 26, 27, 32, 39 e 40 da Resolução nº1.166, de 5 de outubro de 2005 (Resolução nº 2.390 de 20/11/07 – Audiência Pública 51/2006).

Concessões Ferroviárias



CONCESSÕES FERROVIÁRIAS

A malha ferroviária nacional foi concedida à iniciativa privada a partir de 1996, no Programa Nacional de Desestatização. Em 2007, após as ações de ajustes de incorporação e desincorporação das ferrovias, a malha concedida totaliza 28.314 km.

Ferrovias Fiscalizadas pela ANTT

Malhas Ferroviárias	Concessionária	Extensão (Km)
Oeste Ferrovia	Ferrovia Novoeste S.A.	1.945
Centro-Leste	Ferrovia Centro-Atlântica S.A.	8.066
Sudeste	MRS Logística S.A.	1.674
Tereza Cristina Sul	Ferrovia Tereza Cristina S.A.	164
	ALL -América Latina Logística do Brasil S.A	7.304
Nordeste	Companhia Ferroviária do Nordeste	4.207
Paulista	Ferrobán - Ferrovias Bandeirantes S.A.	1.989
Estrada de Ferro Vitória a Minas	Companhia Vale do Rio Doce / CVRD	905
Estrada de Ferro Carajás	Companhia Vale do Rio Doce / CVRD	892
Ferroeste	Estrada de Ferro Paraná-Oeste S.A.	248
Ferronorte	Ferronorte S.A. - Ferrovias Norte Brasil	500
Norte-Sul	VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.	420
Total		28.314

RESULTADOS DO SETOR

Investimentos

(R\$ milhões)

Das Concessionárias	2006	2007
	2.458	2.691
Da União		
	253,1	565,3

Os valores referentes às parcelas das concessões ferroviárias relativos ao período de 1996 (início das concessões) a dezembro de 2007 totalizaram R\$ 146,7 milhões.

Produção de Transporte

(bilhões de t x km úteis)

Ano	2006	2007
Total	238,3	257,1

Índice de Acidentes

(acidentes por milhão de trens x km)

Ano	2006	2007
Total	23,0	14,0

Quadro de Pessoal das Concessionárias

(próprio e terceirizado)

Ano	2006	2007
Total	28.556	31.844

Investimentos na frota

Frota

(unidades)

	2006		2007	
	Locomot. Vagões		Locomot. Vagões	
	2.492	87.073	2.624	87.150

Categoria	2006	2007
Material Rodante	1.040,0	1.076,0
Infra-estrutura	362	347
Superestrutura	674	757
Comunicação e Sinalização	74	89
Outros	308	422
Total	2.458,0	2.691,0

Valores em milhões de reais (a preços correntes).

Inspeções nas Concessionárias Ferroviárias

(unidades)

Categoria	2006	2007
Técnico-Operacional	60	66
Ativos Ferroviários	45	48
Atendimento a Clientes	7	26
Total	112	143

INSPEÇÕES

CONTRATUAL - Em 2007, a ANTT cumpriu o calendário de fiscalização estabelecido em contrato. No ano, realizou as inspeções operacionais nas onze concessionárias (12 malhas), totalizando doze semanas de fiscalização. A finalidade é avaliar os aspectos de segurança e condições operacionais oferecidas pela concessionária, no que se refere à qualidade da prestação dos serviços públicos de transporte ferroviário concedidos, conforme disposto nos Contratos de Concessão e no Regulamento do Transporte Ferroviário – RTF.

TÉCNICO-PROGRAMADA - As fiscalizações técnico-programadas totalizaram 12 inspeções em 36 semanas.

EVENTUAIS - Quanto às fiscalizações operacionais eventuais, foram realizadas 23 no ano de 2007. Essas ocorrem em situações especiais ou emergenciais que são motivadas, basicamente, por acidentes ferroviários graves, requerimentos para liberação de tráfego público, bem como por solicitações do Ministério Público, Tribunal de Contas da União, Controladoria Geral da União e outros órgãos públicos.

TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE PASSAGEIROS

Trens Regionais

Atualmente apenas três trens regulares de passageiros estão em funcionamento:

- _ **Belo Horizonte (MG) a Vitória (ES)** - Companhia Vale do Rio Doce (CVRD)
- _ **São Luiz (MA) a Paraupébas (PA)** - Estrada de Ferro Carajás - Companhia Vale do Rio Doce (CVRD)
- _ **Curitiba (PR) a Paranaguá (PR)** – Trem da Serra Verde Express (ALL)

Trens Turísticos

A regulamentação dos trens turísticos objetiva a preservação histórica e cultural e o fomento ao turismo interno. Mediante solicitação, a ANTT concede a outorga para prestação não regular e eventual de serviços de transporte ferroviário de passageiros com finalidade turística, histórico-cultural ou comemorativa. Todo o processo de autorização está regulamentado em Resolução da ANTT, na qual constam as cláusulas a serem cumpridas pela entidade interessada.

Trens Turísticos em operação Linhas Turísticas em 2006

Trecho	UF	Extensão	Operadora
São João Del Rei/Tiradentes	MG	12 km	FCA
Bento Gonçalves/Carlos Barbosa	RS	19 km	Giordani
Paraíba do Sul/Cavarú	RJ	14 km	Prefeitura PBS
Tubarão/Imbituba/Urussanga	SC	159 km	SALV
Brás/Moóca	SP	3 km	ABPF
Ouro Preto/Mariana	MG	18 km	FCA
Morretes/Antonina	PR	17 km	ABPF
Rio Negrinho/Rio Natal	SC	42 km	ABPF
Campinas/estação Jaguariúna	SP	25 km	ABPF
Piratuba/Marcelino Ramos	SC/RS	26 km	ABPF
Corcovado/Cosme Velho	RJ	3,8 km	ESPECO
Passa Quatro/Coronel Fulgêncio	MG	10 km	ABPF
São Lourenço/Soledade de Minas	MG	10 km	ABPF
Assis/Paraguaçu Paulista/ Quatá	SP	60 km	Pref. Paraguaçu

Linhas turísticas em operação em 2007

Ponta Grossa / Guarapuava / Cascavel	PR	505km	Serra Verde Express
Paranapiacaba	SP	304m	ABPF

Linhas autorizadas e que ainda não se encontram em operação

- Campo Grande/Corumbá
- Rio Pardo/Cachoeira do Sul
- São José do Rio Preto/ Eng. Schmitd
- Montenegro/Guaporé/Estrela

Ações Regulatórias em 2007

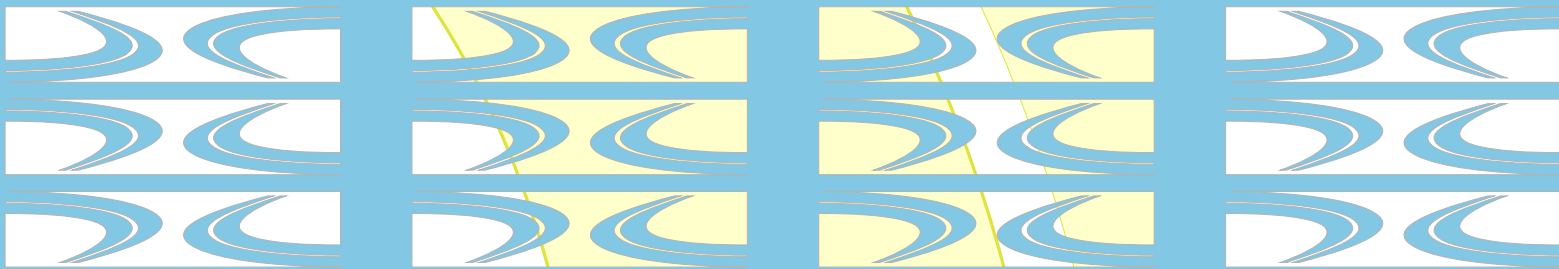
Em 2007 a ANTT estabeleceu os seguintes marcos regulatórios para o setor ferroviário:

- Procedimentos a serem observados na aplicação do Estatuto do Idoso no transporte ferroviário interestadual de passageiros.
- Obrigatoriedade de autorizatária manter apólice de seguro de viagem no transporte ferroviário turístico de passageiros.
- Instituiu o SAFF – Sistema de Acompanhamento e Fiscalização do Transporte Ferroviário e os Subsistemas CAFEN (Cadastro Ferroviário Nacional) e RIF (Registro de Informações de Fiscalização)

E promoveu os seguintes ajustes societários e econômico-financeiros:

- Alteração no controle acionário ALL - América Latina Logística Malha Oeste
- Alteração do Estatuto Social da Companhia Ferroviária do Nordeste – CFN
- Transferência de ações vinculadas ao Grupo de Controle da ALL – América Latina Logística S.A.

Acordos Internacionais



ACORDOS INTERNACIONAIS

O Brasil mantém, historicamente, acordos de transporte internacional terrestre, principalmente rodoviário, com quase todos os países da América do Sul, à exceção da Colômbia, Equador, Suriname e Guiana Francesa.

- Acordo sobre Transporte Internacional Terrestre – ATIT – entre os países do **Cone Sul**, que contempla os transportes ferroviário e rodoviário, inclui a Argentina Bolívia, Brasil, Chile, Peru, Paraguai e Uruguai. Entre Brasil e Venezuela e Brasil e Guiana os acordos são sobre o transporte rodoviário.
- Mercado Comum do Sul – **Mercosul** - que é um tratado de integração entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, adotou o Acordo de Transportes do Cone Sul – ATIT – como regulamentação básica do transporte terrestre entre os países membros.

A evolução dos transportes internacionais terrestres se faz por meio de negociações conjuntas e periódicas visando atender às crescentes necessidades das partes, pela incorporação dos avanços tecnológicos e operacionais, pelo maior grau de segurança e por maior agilidade dos procedimentos aduaneiros e imigratórios.

Assim, os fluxos internacionais de bens e pessoas tornam-se cada vez mais dinâmicos, competitivos e seguros, para as empresas nacionais dos diferentes países. Ressalta-se que o transporte terrestre doméstico em cada país não pode ser executado por empresas estrangeiras.

Complementarmente aos acordos básicos, têm sido estabelecidos acordos complementares como o Acordo sobre Trânsito e o de Transporte de Produtos Perigosos, específico para o Mercosul.

Com a implantação da ANTT, em fevereiro de 2002, as competências para negociação e aplicação dos acordos e seus desdobramentos passaram para seu âmbito de atuação.

Como resultado dos acordos firmados pelo Brasil no ano de 2007 tem-se:

- **Reunião Bilateral Paraguai/Brasil:**

- Adoção de critérios para estabelecimento de tarifas - As Delegações acordaram que a tarifa a ser aplicada nos serviços autorizados (linhas regulares) são a somatória da tarifa vigente resultante dos trechos no território de cada país, convertido ao cambio do dia do reajuste em cada país.

- **Reuniões Bilaterais Argentina/Brasil:**

- Troca de informação sobre tarifas praticadas em território de cada país - as Delegações concordaram que a tarifa dos serviços autorizados (linhas regulares), deverá ser a resultante da tarifa argentina mais a tarifa brasileira e vice-versa.
- Evolução de flexibilização operacional de freqüências acordadas - As Delegações ratificaram o entendimento de que as freqüências acordadas sejam consideradas como máximas, de forma a que cada país autorize redução ou aumento da freqüência respeitando a máxima acordada, para a empresa de sua bandeira, sendo necessário que a comunicação seja efetuada com prazo máximo de 15 dias para sua implementação, indicando período, freqüência e horário, por meio de fax ou e-mail entre os Governos com a finalidade de atualização dos dados cadastrais. No caso de redução de freqüência não poderá ultrapassar o limite de 50% da freqüência máxima outorgada por empresa.
- Documentos de Porte Obrigatório - A Delegação Argentina apresentou relação de documentos de porte obrigatório para o transporte de passageiros, de acordo com sua legislação.
- Viagem Ocasional em Circuito Fechado - Para a realização de um serviço de transporte de passageiros de caráter ocasional em circuito fechado, a autoridade competente do país sob a jurisdição do qual se encontra a empresa solicitante expedirá a licença correspondente (Anexo IV do ATIT). O documento citado deverá ser conservado durante todo o itinerário, devendo ser apresentado às autoridades de fronteira juntamente com a lista de passageiros.

- **Reunião Trilateral, realizada em 6/7/07, em Ciudad Del Este (PY) - foi criado o “Circuito Turístico da Tríplice Fronteira”, envolvendo o Brasil, a Argentina e o Paraguai.**

- Acordo da Tríplice Fronteira - O Circuito Turístico da Tríplice Fronteira compreende a zona delimitada pelas cidades de Foz do Iguaçu (BR), Puerto Iguazú (AR) e Ciudad Del Este (PY), incluindo os parques nacionais e os aeroportos das três cidades mencionadas, em que poderão operar livremente os transportadores inscritos em cadastro específico definido por cada país. O acordo tem como objetivo evitar a expedição de autorização ocasional para cada viagem, nos termos do ATIT, e em nada pretende desvirtuar a natureza turística da prestação do serviço, ficando inalterado o conceito de circuito fechado e a obrigatoriedade de portar a lista de passageiros, o certificado de inspeção técnica veicular, o seguro de responsabilidade civil internacional e a identificação do veículo previamente cadastrado no respectivo organismo designado por cada uma das partes, no caso do Brasil, o FOZTRANS - Instituto de Transportes e Trânsito de Foz do Iguaçu.

- **No âmbito do MERCOSUL estão sendo tratados, dentre outros, os assuntos abaixo relacionados:**

- Homologação dos Certificados de Inspeção Técnica Veicular – CITV (Resolução GMC nº 75/97 e Resolução GMC nº 15/06);
- Limite de Responsabilidade Civil e Contratual em Transporte de Passageiros;
- Transporte de Encomendas em Ônibus de Passageiros de Linha Regular Habilitados para Viagens Internacionais (Resolução GMC 28/05).

NOTA: As Atas de Reuniões Bilaterais e do MERCOSUL estão disponíveis na página da ANTT, no endereço eletrônico www.antt.gov.br

Estudos de Mercado



ESTUDOS DE MERCADO

Com vistas ao aprimoramento dos marcos regulatórios dos transportes terrestres e ao acompanhamento do mercado de movimentação de pessoas e bens nas diversas modalidades do transporte terrestre, a ANTT realiza permanentemente estudos voltados para as diversas áreas de atuação da Agência. Em 2007, ficaram assim distribuídos:

TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERNACIONAL DE PASSAGEIROS

Neste setor de atuação da ANTT, foram realizados os estudos técnicos (Projetos Básicos) das Linhas e a respectiva minuta do Edital de Licitação e do Contrato de Permissão de 19 Linhas do Transporte Interestadual de Passageiros, objeto do 7º Plano de Outorgas, utilizando-se a ferramenta computacional denominada *Sistema de Monitoramento e Viabilidade – SIMOV* - que, dentre outras funcionalidades, possibilitou maior precisão e confiabilidade aos referidos estudos.

As Linhas do Transporte Interestadual de Passageiros encontram-se relacionadas a seguir:

Quadro 1 – Linhas que compõem o Sétimo Plano de Outorga

	Linha	Extensão (Km)	Nº. de Seções secundárias
1	Andrelândia (MG) – São Paulo (SP)	388,94	-
2	Campinas (SP) – Juiz de Fora (MG)	537,17	-
3	Capanema (PR) – São Paulo (SP)	1.009,80	21
4	Cuiabá (MT) – Aripuanã(MT) via Vilhena (RO)	1.234,34	14
5	Fortaleza (CE) – Caruaru (PE)	922,30	-
6	Foz do Iguaçu (PR) – Vitória do Xingu (PA)	3.475,90	-
7	Joinville (SC) – Gramado (RS)	755,20	48
8	Manaus (AM) – Caracaraí (RR)	642,20	1
9	Nova Friburgo (RJ) – Belo Horizonte (MG)	463,30	-
10	Osório (RS) – Itajaí (SC)	445,90	-
11	Panambi (RS) – Querência (MT)	2.489,10	24
12	Pedreiras (MA) – Fortaleza (CE)	842,90	14
13	Pilão Arcado (BA) - São Paulo (SP)	2.183,60	25
14	Porto Alegre do Norte (MT) – Palmas (TO)	639,30	18
15	Santa Maria (RS) – Piracicaba (SP)	1.491,60	144
16	São Borja (RS) – Blumenau (SC)	1.177,40	5
17	São Félix do Xingu (PA) – Teresina (PI)	1.483,70	50
18	Sarandi (RS) – Balneário Camboriú (SC)	755,20	19
19	Senador Canedo (GO) – Carajás (Parauapebas - PA)	1.556,80	57

Tais estudos foram objeto de Audiência Pública, proporcionando, assim, maior transparência e participação dos agentes econômicos e dos usuários, além de aprimorar os procedimentos de permissão.

Além desse, foram realizados os estudos técnicos (Projetos Básicos) das Linhas objetos do 2º, 4º, 6º, 8º, 9º, 10º e 13º Planos de Outorgas, utilizando-se a mesma ferramenta computacional SIMOV, que foram encaminhados para a Secretaria de Planejamento do Ministério dos Transportes para avaliação e procedimentos necessários. Também, utilizando-se a mesma metodologia, iniciaram-se os estudos técnicos das linhas do 14º Plano de Outorgas.

Paralelamente, em apoio às atividades da Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros, foram realizadas as análises e discussões referentes à licitação de 1.666 linhas integrantes do Sistema de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros, prevista para ser realizada em 2009.

Além disso, foram concluídos os estudos destinados a determinar o reajuste do coeficiente tarifário relativo ao *Serviço de Transporte Rodoviário Interestadual Semi-Urbano de Passageiros*, objetivando estabelecer o valor da tarifa máxima, autorizada para o período 2007/2008.

Os estudos contemplaram a coleta de dados econômico-financeiros e operacionais referentes ao ano de 2005, a tabulação destes dados e o cálculo dos coeficientes básicos de consumo. Complementarmente, realizou-se pesquisa de preço dos insumos objetivando a aferição do custo quilométrico de cada item de custo da planilha tarifária. Assim, foi possível estabelecer-se o novo coeficiente tarifário.

Paralelamente, desenvolveram-se os estudos necessários à sistematização dos procedimentos acima mencionados possibilitando a elaboração do *Manual do Cálculo Tarifário* (disponível na intranet e no *sítio eletrônico* da ANTT) que subsidiou o início do desenvolvimento do projeto denominado *Sistema de Coeficiente Tarifário – SCT*.

Complementando a regulação do subsistema do transporte rodoviário interestadual semi-urbano de passageiros, realizaram-se duas Audiências Públicas, com a participação dos agentes econômicos envolvidos e dos usuários, que culminaram com a aprovação da metodologia de arredondamento das tarifas, aprovação da metodologia de reajuste por fórmula paramétrica, definição da periodicidade das revisões ordinárias das tarifas e atualização dos coeficientes básicos e dos parâmetros operacionais da planilha tarifária vigente.

Por fim, foram concluídos os estudos dos parâmetros de desempenho operacional e de mercado de linhas regulares de transporte rodoviário semi-urbano de passageiros, com o objetivo de apoiar a análise dos coeficientes técnicos destinados à avaliação operacional de Linhas que atendem aos fluxos interestaduais e internacionais de passageiros. A partir do estabelecimento de uma amostra significativa foram selecionadas, em todo o País, 34 linhas de 06 empresas do sistema rodoviário de

longa distância e 32 linhas do transporte semi-urbano de 09 empresas que atuam nos corredores do entorno de Brasília, nas ligações entre Timon - MA e Teresina- PI, Mafra - SC e Rio Negro - PR e Além Paraíba -MG e Jamapara -RJ.

Os principais dados coletados para as linhas selecionadas foram: demanda mensal; número de viagens mensais; datas dos reajustes tarifários; valores tarifários (antes e depois dos reajustes); datas, período de vigência e valores das promoções; extensão entre os pontos de parada e de seção; extensão dos acessos aos locais de parada; tempos de viagem entre os pontos de parada e de seção, quantidades de paradas no itinerário da linha; e velocidade média em cada trecho da viagem.

CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

Este setor constituiu objeto, juntamente com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, a Secretaria de Gestão do Ministério dos Transportes e o Centro de Excelência em Engenharia de Transportes - CENTRAN, da elaboração do Plano de Outorga da rodovia federal BR-116/324, no estado da Bahia.

TRANSPORTE DE CARGA E LOGÍSTICA

Concluído em 2007, o Estudo de Avaliação de Projetos Estratégicos de Transporte na Região do Brasil Central ("*Estudo "Brasil Central"*") possibilitou a análise de projetos e a hierarquização de prioridades nessa região em termos de expansão de demanda de transporte. Desta forma, foi possível elaborar um portfólio de projetos de transporte, basicamente nos modais ferroviário e rodoviário, devidamente hierarquizados em termos de prioridades, levando-se em conta tanto os critérios relativos aos benefícios econômicos e sociais, como aqueles estritamente privados.

Por outro lado, os Estudos, em andamento, do Corredor Mato Grosso do Sul / São Paulo / Paranaguá objetivam a avaliação econômica e a identificação de prioridades relativas a projetos estratégicos. Para tanto, por intermédio do *Sistema de Logística - SISLOG* procurou-se simular e comparar as diversas alternativas logísticas para o atendimento da demanda futura de transporte de longa distância na área de influência do Corredor.

MEIO AMBIENTE

O Núcleo de Meio Ambiente da ANTT – NMA/ANTT desenvolveu ações relativas ao levantamento das atividades internas de gestão e fiscalização executadas, considerando-se que a questão possui interface

com todas as atividades finalísticas da Agência e tendo em vista o acompanhamento dos aspectos ambientais relacionados com a infra-estrutura concedida e com os serviços regulados.

Estas ações envolveram análise dos procedimentos de acompanhamento das atividades concedidas, análise das ações de fiscalização, inclusive contábil; acompanhamento das ações das concessionárias; análise dos Planos de Emergência das concessionárias ferroviárias; análise e acompanhamento dos Relatórios referentes à questão ambiental apresentados pelas concessionárias rodoviárias; análise e acompanhamento dos Relatórios de Fiscalização no transporte de passageiros e proposição de ações de inclusão de novos procedimentos contemplando os aspectos ambientais nas operações de fiscalização técnico-operacionais adotadas.

Além disso, o NMA/ANTT representou a ANTT no Grupo de Trabalho, no âmbito do Ministério dos Transportes, formado com a finalidade de realizar o levantamento do passivo ambiental da RFFSA – em liquidação, atualmente em extinção.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DOS TRANSPORTES TERRESTRES – AETT/2006 AETT/2007

Em continuidade à divulgação do Anuário Estatístico dos Transportes Terrestres – AETT/2005, foi elaborado o Anuário Estatístico dos Transportes Terrestres – AETT/2006, com informações sobre o setor referentes ao período de 2001 a 2005, e o Anuário Estatístico dos Transportes Terrestres – AETT/2007, com informações referentes ao período de 2002 a 2006.

Este instrumento de consulta foi disponibilizado na intranet e no *sítio eletrônico* da ANTT, sendo que 44% das Tabelas têm como fonte única as informações produzidas pelos diversos sistemas informatizados da Agência. 37% possuem como fonte única de informação as entidades públicas e privadas relacionadas aos modais rodoviário, ferroviário e dutoviário. Por fim, 19% do total das Tabelas possuem como fonte a ANTT e entidades externas.

OUTRAS ATIVIDADES

O *Núcleo de Segurança da informação da ANTT – NSI / ANTT*, criado no final de 2006, iniciou o desenvolvimento das atividades norteadas nos objetivos traçados para a implantação da Política de Segurança da Informação no âmbito da Agência. Além disso, a ANTT participou das atividades do

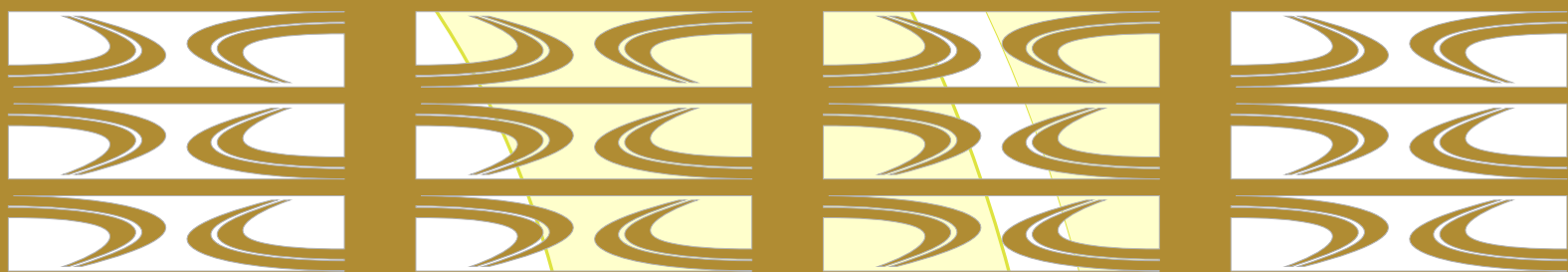
Comitê Executivo de Gestão da Tecnologia da Informação e Informática dos Transportes – CETIIT, que tem como objetivo assessorar e propor ao Ministro dos Transportes a política de Gestão de Tecnologia da Informação e Informática do Ministério e das entidades vinculadas.

Foram iniciados os estudos destinados à elaboração de um cadastro contendo as informações básicas sobre os *Terminais Rodoviários de Passageiros*, com vistas a subsidiar a elaboração das normas necessárias à padronização da qualidade da operação destes terminais.

Outro projeto em andamento trata da elaboração de um documento contendo 2.400 termos e conceitos técnicos ligados a área de transportes terrestre, denominado *Glossário dos Transportes Terrestres*. O documento, atualmente na fase de recebimento de contribuições das unidades finalísticas, objetiva consolidar e disseminar os termos usualmente utilizados pelos técnicos da Agência.

Finalmente, o projeto, também em andamento, da publicação eletrônica *Revista ANTT*, iniciou-se em 2007 e visa proporcionar um canal de comunicação para as informações e artigos produzidos pelos técnicos e colaboradores da ANTT, bem como para textos acadêmicos e outras produções técnicas, além de conter, também, artigos abordando os temas inerentes aos transportes terrestres. Será mais um canal de diálogo, tanto interno – transferindo conhecimento entre as diversas unidades organizacionais – quanto com a sociedade, que terá acesso à produção técnica da Agência.

Regulação Econômica



REGULAÇÃO ECONÔMICA

A Regulação econômica é exercida por meio de processos de avaliação de mercado e defesa da concorrência, estudos do equilíbrio econômico-financeiro e da fiscalização econômico-financeira, que consolidam os efeitos das ações das demais áreas da ANTT sobre o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

A atividade também responde pelos estudos de viabilidade dos investimentos e financiamentos propostos por concessionários do Governo, visando preservar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão - atuais e futuros, regulamentando padrões contábeis e de processos econômico-financeiros a serem seguidos pelos concessionários e permissionários na prestação dos serviços públicos de transporte terrestre.

REAJUSTES/REVISÃO TARIFÁRIOS PROCEDIDOS NO ÂMBITO DA ANTT

Concessionárias de rodovias

Alteração de Tarifa (Reajuste e Revisão)						
Concessionária	2002	2003	2004	2005	2006	2007
NovaDutra	15.08.02 8,89%	02.09.03 18,37%	01.08.04 10,34%	20.08.05 10,94%	01.08.06 5,63%	24.08.07 4,00%
Ponte	11.09.02 10,00%	04.09.03 22,73%	01.08.04 7,41%	20.08.05 10,34%	01.08.06 6,25%	03.08.07 2,94%
Concepa	06.01.03 8,82%	14.11.03 18,92%	26.10.04 9,09%	26.10.05 14,58%	26.10.06 3,64%	31.10.07 5,26%
Concer	15.10.02 14,63%	23.09.03 17,02%	20.08.04 9,09%	03.09.05 6,67%	20.08.06 0,00%	05.09.07 4,69%
CRT	25.10.02 0,00%	18.11.03 18,60%	04.09.04 5,88%	03.09.05 11,11%	02.09.06 8,33%	26.09.07 4,62%
Ecosul	12.02.03 18,01%	01.01.04 24,45%	01.01.05 20,63%	01.01.06 17,09%	01.01.07 11,80%	09.04.07 4,22%

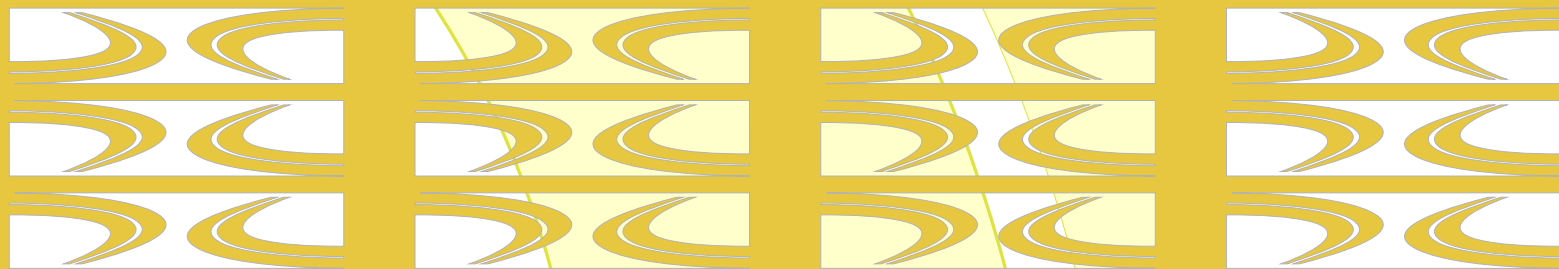
Concessionárias de ferrovias

Reajuste de Tarifa						
Concessionária	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Ferrovia Novoeste S.A.	sem reajuste	sem reajuste	sem reajuste	sem reajuste	sem reajuste	sem reajuste
Ferrovia Centro-Atlântica S.A.	14.03.03 11,76%	12.12.03 22,03%	16.09.04 12,37%	12.12.05 2,71%	13.11.06 2,78%	17.06.08 5,19%
MRS Logística S.A.	24.02.03 23,31%	19.12.03 9,92%	23.12.04 12,23%	16.01.06 1,68%	02.04.07 3,59%	11.03.07 6,60%
Ferrovia Tereza Cristina S.A.	03.07.02 20,22%	14.03.03 28,92%	19.02.04 6,22%	sem reajuste	sem reajuste	sem reajuste
ALL - América Latina Logística do Brasil S.A	06.01.03 20,20%	12.08.03 30,73%	29.06.04 5,69%	26.09.05 10,86%	04.08.08 1,15%	04.08.08 3,79%
Companhia Ferroviária do Nordeste	01.07.02 21,22%	06.05.03 26,41%	01.04.04 7,73%	16.12.05 12,14%	14.08.06 1,22%	17.06.08 3,79%
Ferrovias Bandeirantes S.A.	01.07.02 21,23%	sem reajuste	sem reajuste	sem reajuste	sem reajuste	sem reajuste
Companhia Vale do Rio Doce (EFVM e EFC)	16.09.02 22,30%	08.10.03 26,94%	09.07.04 10,13%	10.10.05 6,50%	13.11.06 0,98%	09.06.08 3,96%
Ferropar S.A.	02.07.02 20,20%	sem reajuste	sem reajuste	sem reajuste	sem reajuste	sem reajuste
Ferronorte S.A.	Não possui tarifa de referência					
VALEC (Ferrovia Norte Sul)	-	-	-	-	01.01.06 inicial	23.05.08 3,79%

Permissionárias de transporte de passageiros

Alteração de Tarifa (Reajuste e Revisão)						
Permissionárias	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Interestadual e Internacional	15.07.02 11,90%	15.07.03 17,48%	03.07.04 5,20%	28.06.05 14,84%	09.07.06 9,29%	01.07.07 4,81%
Semi-Urbano	15.07.02 11,90%	27.07.03 12,84%	30.07.04 5,52%	12.08.05 11,90%	23.07.06 6,15%	20.07.07 4,67%

Gestão Organizacional



GESTÃO ORGANIZACIONAL

GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

Força de Trabalho

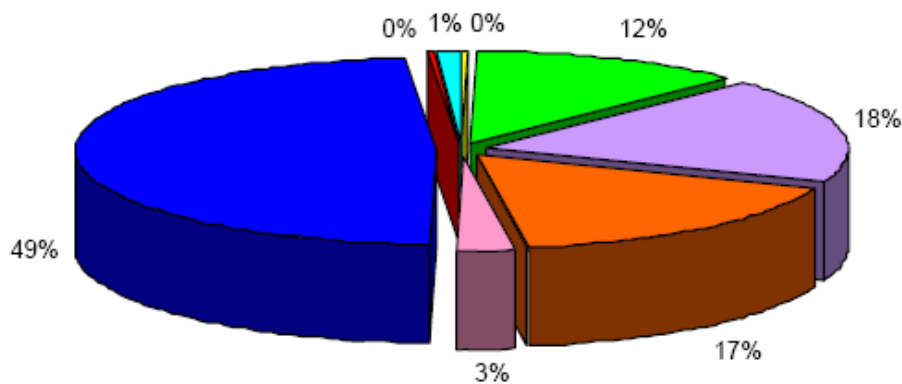
A ANTT contava, em 31 de dezembro de 2007, com 1001 servidores dos quais, aproximadamente 49%, são cargos comissionados sem vínculo, 20% redistribuídos, que compõem o quadro específico, 12% requisitados e 1% de Procuradores Federais.

Servidores da ANTT

COD.	SITUAÇÃO	QTD.
CE	Cargo Efetivo	482
C	Cargo comissionado sem vínculo	185
QE	Quadro Específico	168
RC	Requisitado com cargo comissionado	120
QEC	Quadro Específico com cargo comissionado	27
PF	Procurador Federal	12
R	Requisitado sem cargo comissionado	4
CE	Cargo Efetivo com cargo comissionado	3
TOTAL		1001

Demonstração gráfica da distribuição dos servidores da ANTT

Gráfico 1



Requisitado sem cargo comissionado	Requisitado com cargo comissionado
Cargo comissionado sem vínculo	Quadro Específico
Quadro Específico com cargo comissionado	Cargo Efetivo
Cargo Efetivo com cargo comissionado	Procurador Federal

Quantitativo de Admissões, Desligamentos e Aposentadorias

SITUAÇÃO	EXISTENTES EM 31/12/2006	INGRESSOS EM 2007	DESLIGAMENTOS EM 2007	EXISTENTE EM 31/12/2007
CARGOS EFETIVOS	480	56	51	485
- ANALISTA ADMINISTRATIVO	27	0	6	21
- ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO	99	23	6	116
- TÉCNICO ADMINISTRATIVO	100	15	22	93
- TÉCNICO EM REGULAÇÃO	254	18	17	255
CARGO COMISSIONADO S/ VÍNCULO	182	5	2	185
REQUISITADOS C/ C. COMISSIONADO	124	1	5	120
REQUISITADOS S/ C. COMISSIONADO	4	0	0	4
CONTRATO TEMPORÁRIOS	47	0	47	0
QUADRO ESPECÍFICO	174	0	6	168
QUADRO ESPECÍFICO C/ C. COMISSIONADO	28	1	2	27
PROCURADORES FEDERAIS	16	4	8	12
TOTAL	1055	67	121	1001

Em 2007, a execução do programa de treinamento atendeu a todas as unidades administrativas da Agência. Foram treinados 594 servidores, em diversas áreas de conhecimento, acumulando um total de 22.760 horas de treinamento e perfazendo uma média per capita de 38,32 horas.

Política de Capacitação

A ANTT vem direcionando suas decisões no sentido de trabalhar de acordo com o estabelecido pelo Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, que instituiu a Política e as Diretrizes para o desenvolvimento de pessoal da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional. Nesse sentido, em 2007 foi contratado serviço de consultoria para levantamento das competências de cada unidade, cujo principal produto é a elaboração de Planos de Capacitação Personalizados para cada um dos servidores.

Esse trabalho representa um marco para o estabelecimento da Política de Capacitação da Agência, formulada com base no mapeamento das competências, que subsidiará o desenvolvimento da Programação Anual de Capacitação de cada área, fomentando a existência de um processo mais claro e voltado para o desenvolvimento institucional.

Programa Sócio-Educativo

O programa de estágio da ANTT é regido pela Norma Administrativa NA/001-04/SUADM, que estabelece os critérios e procedimentos para a solicitação, seleção, contratação e acompanhamento de estagiários na ANTT, fundamentada na Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977.

Em 2007 foram contratados **pelo Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE** 92 estagiários, sendo 22 de nível médio e 70 de nível superior.

Já pelo **Centro Salesiano do Menor – CESAM** - programa de disponibilização de menores aprendizes para serviços administrativos, a ANTT teve, em 2007, a alocação de 37 menores lotados na Sede da Agência e um na Unidade Regional de Minas Gerais.

GESTÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E PATRIMÔNIO

No exercício de 2007, foram implementadas diversas ações na área de Administração Geral, tanto na Sede, quanto nas Unidades Regionais, para garantir o desenvolvimento das atividades da ANTT e proporcionar a melhoria das condições de trabalho dos servidores.

Aquisições e Contratações

O fortalecimento da estrutura regional da ANTT com a implantação de Unidades Regionais adicionais e o aumento do número de Postos de Fiscalização/Atendimento em áreas anteriormente não contempladas com escritórios da Agência resultou em um incremento na demanda de aquisições de bens e serviços, gerando a necessidade de realização de 458 processos de aquisição/ contratação da ordem de R\$ 47.969.890,11, concernentes a 5 Concorrências, 44 Pregões, 10 Adesões a Registros de Preços, 267 dispensas de Licitação, 23 inexigibilidade, 102 Termos Aditivos a Contratos, 3 Termos Aditivos a Convênios e 4 Apostilamentos.

Foram celebrados 79 contratos, totalizando R\$ 19.270.526,65 e elaboradas 271 Notas Técnicas versando sobre o exame de editais, análise de questões relativas à execução de contratos, bem como a análise de projetos de leis que tratavam de alterações da Lei 8.666/93.

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A Gestão Orçamentária da ANTT, no exercício de 2007, foi voltada para o acompanhamento e avaliações permanentes do Plano de Ação interno que, em decorrência de ajustamentos, foi revisado e as propostas iniciais modificadas. Essas modificações foram elaboradas e direcionadas visando a obtenção de disponibilidade orçamentária suficiente, a ponto de garantir o desenvolvimento de todas as ações a cargo da Agência, proporcionando o atingimento das metas estabelecidas e visando a eficiência, eficácia e efetividade no emprego dos recursos públicos.

GESTÃO FINANCEIRA

DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA PREVISTA/REALIZADA

RECEITAS	FONTE	PREVISTA	REALIZADA	EXCESSO
- DE SERVIÇOS	250	28.153.841,00	29.432.169,09	1.278.328,09
- CORRENTES	250	633.310,00	513.563,92	-119.746,08
- B12PATRIMONIAL	129	20.960.214,00	20.342.205,00	-618.009,00
- PATRIMONIAL	174	5.391.021,00	12.392.885,00	7.001.864,00
T O T A L		55.138.386,00	62.680.823,01	7.542.437,01

DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DA DESPESA

TIPO DE CREDITO	DESPESA FIXADA	DESPESA EXECUTADA
CREDITO ORÇAMENTARIO E SUPLEMENTAR		
- DESPESAS CORRENTES	131.499.964,00	103.995.617,39
- DESPESAS DE CAPITAL	4.160.000,00	1.800.097,31
CREDITO EXTRAORDINARIO		
- DESPESAS CORRENTES	3.000.000,00	1.785.951,59
T O T A L	138.659.964,00	107.581.666,29

FINANCIAMENTO EXTERNO

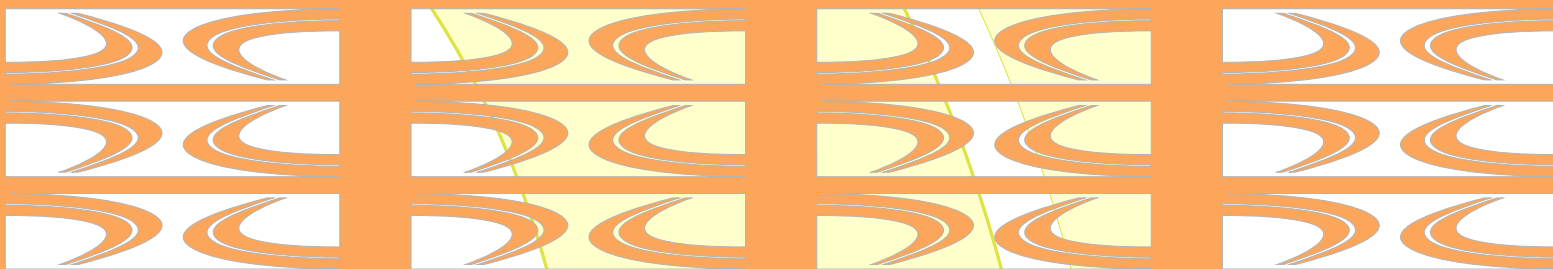
Os recursos de financiamento externo alocados no orçamento da ANTT em 2007 foram originários do Contrato Empréstimo nº 7253-BR – programa de Apoio à Agenda de Crescimento Econômico Equitativo e sustentável – PACE, firmado com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD e a União.

FINANCIAMENTO EXTERNO

(R\$1,00)

ESPECIFICAÇÃO	CODIGO	FONTE	DOTAÇÃO AUTORIZADA	INGRESSOS	DESPESA LIQUIDADADA/PAG A	RESTOS A PAGAR
			A	B	C	D
Assistência Técnica p/ Gestão do PR – Projeto PACE 7253-BR UG 393044	2B98	0148	940.000,00	297.660,40	249.797,26	515.018,80
		1100	160.000,00	91.481,60	51420,42	98.098,82
TOTAL			1.100.000	389.142	301.217,68	613.117,62

Relacionamento com a Sociedade



RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Assessoria de Comunicação Social – ASCOM - tem suas atividades focadas em três segmentos: imprensa, relações públicas e atividades institucionais. A atuação desses três setores se traduz em ações voltadas para a construção e manutenção da imagem da ANTT.

As ações de comunicação da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT - são planejadas com base em levantamento de necessidades nas áreas técnicas e executadas em conformidade com a demanda surgida durante o ano.

Ações de Comunicação

IMPRENSA – durante o ano, a Assessoria de Imprensa prestou 1907 atendimentos a jornalistas e recebeu 675 solicitações de entrevistas. Essas ações culminaram na veiculação de 1.556 notícias sobre a ANTT, 123 delas quais provocadas. O foco principal em 2007 foi o Leilão da 2ª Etapa de Concessões de Rodovias Federais, ocorrido no dia 9 de outubro, na Bovespa, em São Paulo.

O atendimento à imprensa em 2007, por assunto, ficou assim distribuído:

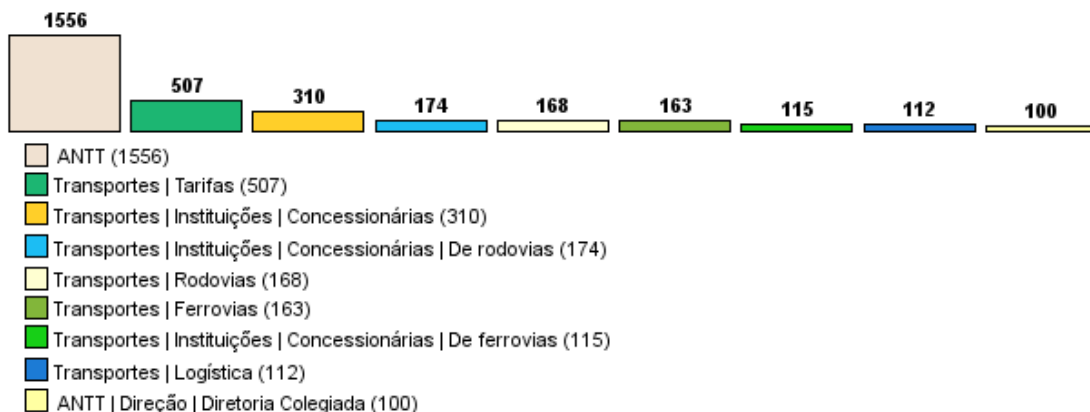
Assunto	Qtde. Atendimento
Concessões de Ferrovia	87
Concessões de Rodovia	825
Transporte de Passageiro	450
Transporte de Carga	353
Administrativo	45
Outros	147

Para a divulgação do Leilão da 2ª Etapa do Programa de Concessões de Rodovias Federais, que concentrou o maior atendimento da Ascom em 2007, foi elaborado farto material de apoio à imprensa constante de 200 press kit, contendo folder explicativo, cronograma do evento e sumário dos sete editais dos trechos leiloados.

Durante o ano, a Assessoria de Imprensa manteve constante interação com as assessorias de imprensa do setor, do governo e com a mídia em geral trabalhando pró – ativamente na geração de notícias e informações, o que resultou na elaboração de 370 clippings ao longo do ano.

A Assessoria de Imprensa divulgou na página da ANTT na internet 734 Resoluções e 17 notícias. E na intranet, produziu/divulgou 20 Informes (jornal interno), 118 Comunicados/Avisos, 553 Deliberações e 1.247 Portarias.

NOTÍCIAS POR ASSUNTO



RELAÇÕES PÚBLICAS – a ASCOM organizou e coordenou os eventos da ANTT e participou da organização de outros, em parceria com órgãos do Governo e da iniciativa privada.

EVENTO	QUANTIDADE
Reuniões Internacionais (Mercosul, Bilaterais e Tripartite)	08
Audiências Públicas	23
Consultas Públicas	-
Congressos/Feiras/Exposições	02
Eventos Internos (Auditório)	55

- Realizados no Brasil – 03 Reuniões Bilaterais entre Brasil e Paraguai, Brasil e Argentina e Brasil e Bolívia.
- Realizados em outros Países - 04 do MERCOSUL, sendo 03 no Uruguai e 01 no Paraguai; 03 Reuniões Bilaterais realizadas no Paraguai, Venezuela e na Argentina; e 01 Tripartite, realizada no Paraguai.
- Além desses, organizou e coordenou, em parceria com a Bolsa de Valores de São Paulo, o Leilão de Rodovias Federais.
- Cabe também à ASCOM o gerenciamento do Auditório, incluindo equipamentos, manutenção e agenda de eventos. Durante o ano, em dias úteis, a taxa de ocupação do auditório foi de 67%, na realização dos seguintes eventos:

EVENTO	QUANTIDADE
Cursos/Treinamentos	18
Licitações	2
Reuniões com Terceirizados	9
Audiências Públicas	4
Reuniões Técnicas	19
Workshop	1
Entrevistas Coletivas	2

ATIVIDADES INSTITUCIONAIS

Neste segmento encontram-se as ações de Publicidade que, conforme o nº Decreto 4.799, de 4/8/2003, classificam-se em:

- Publicidade Institucional - tem por objetivo divulgar informações sobre atos, obras e programas dos integrantes do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal – SICOM, suas metas e resultados.
- Publicidade Legal - aquela que se realiza em obediência à prescrição de leis, decretos, portarias, instruções, estatutos, regimentos ou regulamento internos dos integrantes do SICOM. É realizada por meio de contrato com a Radiobrás.
- Publicidade de Utilidade Pública - tem por objetivo informar, orientar, avisar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais reais, visando melhorar a sua qualidade de vida.

Essas ações são previstas e executadas em conformidade com o Plano Anual de Comunicação - PAC e informadas à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República - Secom, de acordo com o estabelecido na Instrução Normativa nº 1, de 27 de abril de 1993.

PUBLICIDADE INSTITUCIONAL

Ações voltadas para fortalecimento da identidade da ANTT, dentro e fora do seu âmbito de atuação, principalmente quanto às ações de utilidade pública, que são voltadas para a informação e conscientização da sociedade sobre seus direitos e deveres junto ao setor regulado de transportes terrestres.

- Ações Promocionais Próprias:

- Elaboração e implantação do Manual de Identidade Visual.

- Relatório Anual 2006.
- Vídeo Institucional.
- Produção de pôsteres: " Transporte na Região Brasil Central"; "Caminhoneiro – Paisagem de Veículo"; "Leilão para Concessões de Rodovias Federais".
- Produção de Cartazes e banners para Audiências Públicas e outros eventos.
- Press Kit – Leilão para Concessão de Rodovias Federais – confecção de pastas e impressão de 200 pôsteres cor-de-rosa por verba da Superintendência de Administração.

Ações de Patrocínio:

- 7º Ciclo do Prêmio ANTP de Qualidade.
- XXI ANPET – Congresso de Pesquisa e Ensino em Transportes.
- V Congresso Brasileiro de Regulação.

Publicidade Legal

Foram publicadas 46 matérias legais sendo:

- 30 referentes a Audiências Públicas/Consultas Públicas.
- 9 referentes a Licitações.
- 7 Comunicados Relevantes sobre Concessão de Rodovias Federais.

Atividades Administrativas

A ASCOM tem sob sua gerência quatro contratos: serviço de publicidade legal, serviço de clipping, serviço de agência de notícia, serviço de TV por assinatura.

Durante 2007 foram renovados os contratos de publicidade legal, firmado com a Empresa Brasileira de Comunicação S/A e o de agência de notícias, celebrado com a Agência Estado. Foi realizada também a contratação de novo fornecedor para prestação do serviço de clipping.

Relacionamento com o Público Externo

Por meio da Ouvidoria, foram respondidas, durante o ano, 33 manifestações de usuários.

ASSESSORIA PARLAMENTAR

Durante o ano de 2007, a Assessoria Parlamentar - ASPAR estabeleceu e coordenou o relacionamento da ANTT com órgãos do Poder Legislativo, desempenhando a dupla tarefa de viabilizar a produção legislativa e facilitar o diálogo político.

Duas foram as missões básicas desempenhadas: **Assessoria Política** e **Assessoria Legislativa**, com atuação nas seguintes áreas:

- **Acompanhamento Legislativo**- prospecção e monitoramento da tramitação das proposições de interesse da Agência nas duas casas do Congresso Nacional.
- **Análise Política e Estratégica** – produção de análises sobre o Congresso Nacional sob o ponto de vista político-partidário, examinando as tendências de votação dos parlamentares em relação às proposições de interesse da Agência, composição dos partidos, relação dos líderes, dos blocos partidários, etc.
- **Gerenciamento de Informações** – montagem e gerenciamento de sistemas eletrônicos de dados necessários ao controle, processamento e arquivamento das informações, elaboração de arquivos físicos dos documentos necessários ao acompanhamento das proposições de interesse da Agência, coordenação e atualização do sistema eletrônico de acompanhamento legislativo e do registro de tramitação das proposições em andamento.

Audiências Internas – 25

Audiências Públicas – 12

Pleitos de Parlamentares – 156

Projetos de Lei da Câmara – 56

Projetos de Lei do Senado – 10

Requerimentos de Informação – 9

Total: 268

OUVIDORIA

Em 2007, a Ouvidoria da ANTT recebeu 152.545 manifestações. Os canais disponíveis ao cidadão-usuário para contato com a ANTT são o telefone 0800-610300; internet: e-mail e formulário eletrônico Fale Conosco, disponível no sítio eletrônico da Agência. O principal canal de entrada dói a Central de Atendimento, via 0800-610300, que acolheu 84,2% da demanda. A redução percentual da participação desse canal em relação a 2006, deve-se ao novo procedimento de registro das manifestações adotado em 2007. Essa mudança trouxe mais agilidade para a solução dos casos, uma vez que evita-se a necessidade de novo contato com o usuário para obtenção de informações adicionais. O segundo canal mais utilizado foi a internet, meio pelo qual chegaram 15,6% das mensagens dirigidas à Ouvidoria.

TIPOS DE MANIFESTAÇÕES

A tabela a seguir demonstra os tipos de manifestações recebidas, de acordo com a classificação de cada uma delas.

TABELA 2

TIPO DE MANIFESTAÇÃO	QTDE EM 2007
PEDIDO DE INFORMAÇÃO	140.240
RECLAMAÇÃO	10.716
SUGESTÃO	757
ELOGIO	832
TOTAL	152.545

A tabela 3 revela que o Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros corresponde à maior parcela dentre todos os modais, ou seja, 70% do total de manifestações dirigidas à Ouvidoria, em 2007.

TABELA 3

ASSUNTO	QTDE EM 2007
TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS	106.812
TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS	33.155
VALE-PEDÁGIO	1.847
RODOVIAS	1.782
TRANSPORTE DE PRODUTOS PERIGOSOS	1.770
CONCESSÕES FERROVIÁRIAS	1.204
TRANSPORTE MULTIMODAL	196
OUTROS*	5.779
TOTAL	152.545

* O item Outros inclui, por exemplo, contribuições para audiências públicas e manifestações relativas a assuntos administrativos.

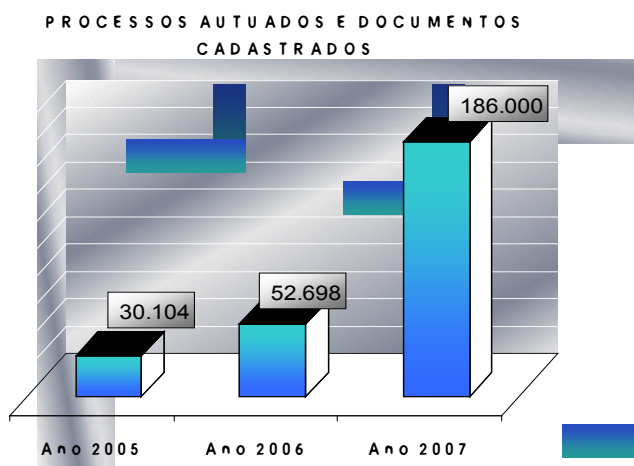
No intuito de ampliar e democratizar os canais de comunicação, em 2007 a Ouvidoria implementou o Formulário-Postal, em caráter experimental, na Rodoferroviária de Brasília, no Terminal Rodoviário de Goiânia e na sede da Agência em Brasília. Trata-se de um impresso gratuito, no qual o usuário informar seus dados, relatar a manifestação e depositar em uma caixa de coleta dos Correios, com porte pagão pela ANTT.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Centro de Documentação da ANTT tem como finalidade planejar e executar a administração do arquivo geral, os arquivos setoriais, a entrada e expedição de documentos, o acervo bibliográfico, bem como propor a padronização de procedimentos de guarda e manutenção dos documentos no âmbito da ANTT.

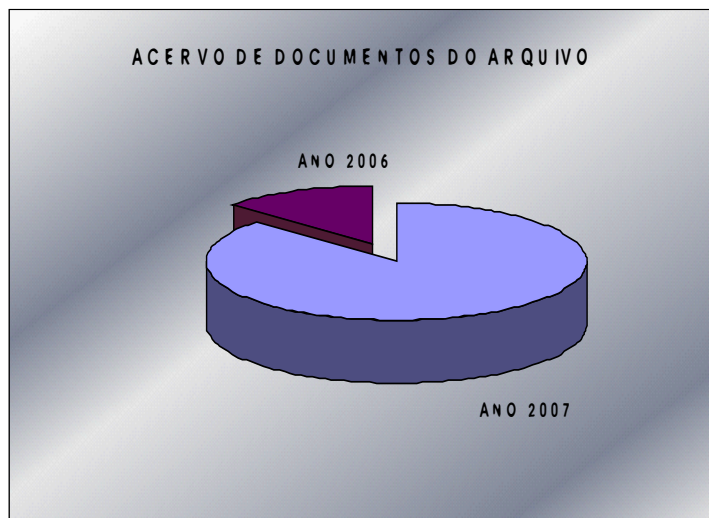
PROTOCOLO

As atividades de protocolo em 2007 registraram um crescimento de 71% com relação a 2006. Ao todo foram 186 mil entre processos autuados e documentos cadastrados.



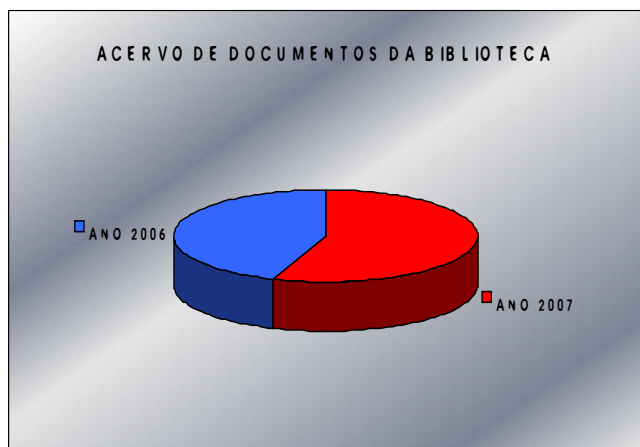
ARQUIVO

O acervo documental sob a guarda do Arquivo-Geral da ANTT mede cerca de 1230 metros lineares, divididos em dois depósitos sendo um na Sede da Agência, com 800,8 m lineares e outro em depósito alugado, com mais 428,4 m lineares.



BIBLIOTECA

A Biblioteca da ANTT compete executar a gestão do acervo documental e bibliográfico da Agência em atendimento às determinações legais, garantindo o acesso às informações sobre decisões dos órgãos da Agência e os elementos que as embasaram.

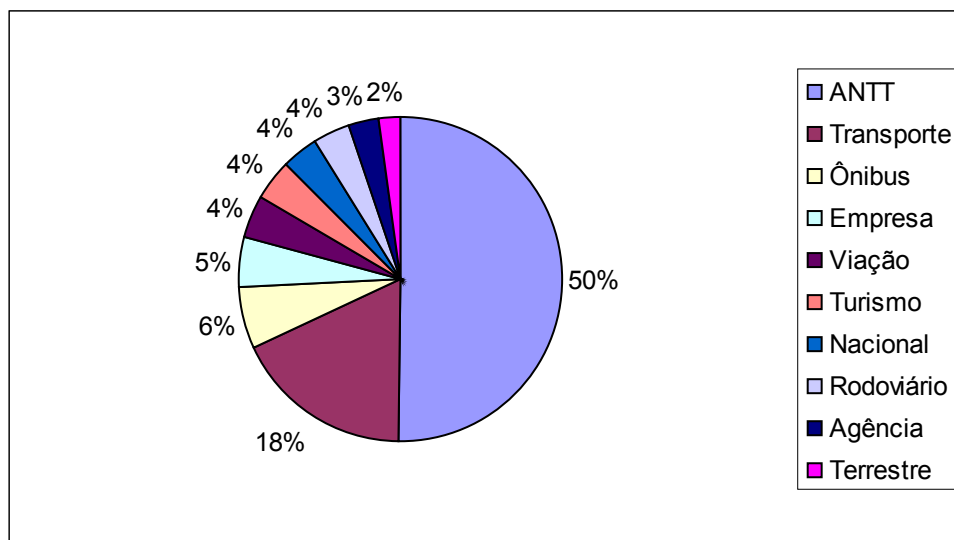


SITE

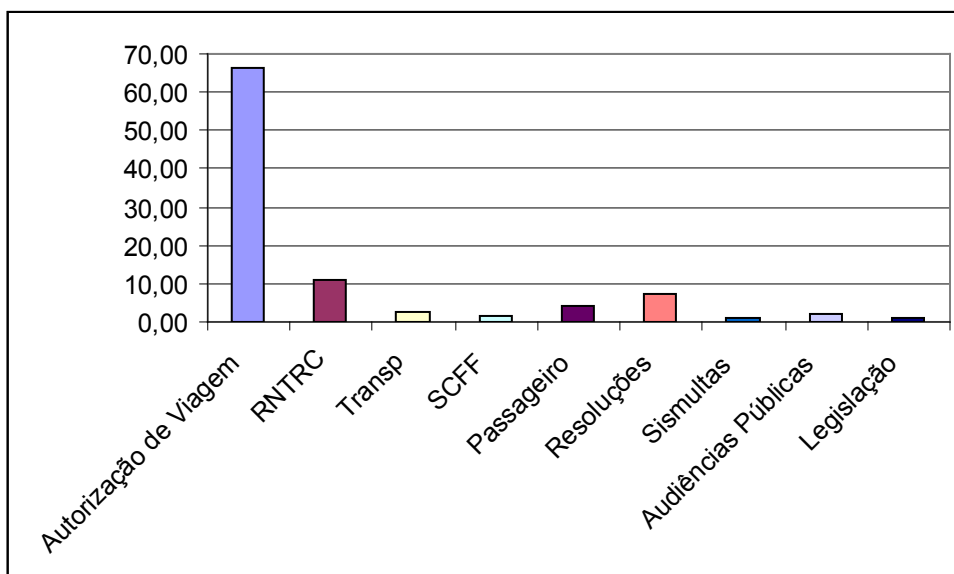
O site é o canal pelo qual a ANTT disponibiliza ao usuário-cidadão informações mais completas e precisas sobre seus atos de gestão, a regulamentação sobre as atividades de sua esfera de atuação, serviços e notícias sobre o setor, além de manter permanentemente aberto o canal para manifestações do usuário, por meio do Fale Conosco.

Estatísticas

PESQUISA POR PALAVRAS



SERVIÇOS MAIS ACESSADOS



Os números expressão referem-se a porcentagens de acesso.

